



Produto Interno Bruto dos Municípios 2019

PIB
dos
Municípios

ISBN 978-65-88162-03-3
© IBGE, 2021

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2019¹. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais - SCN e no Sistema de Contas Regionais - SCR. Portanto, os resultados ora divulgados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados do SCN e do SCR. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grupos de atividade econômica: *Agropecuária, Indústria e Serviços* – além da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, devido à importância dessa atividade na economia brasileira –, bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*. Essas informações, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar o perfil econômico de cada um dos Municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques observados no ano de 2019, com comparações

em relação a 2018 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, início da série publicada. Com a colaboração da Diretoria de Geociências, são apresentadas, ainda, análises geográficas mais detalhadas, que interpretam o PIB dos Municípios de acordo com a sua distribuição no País, com base em tipologias (classificações de Municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de Municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados da publicação, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Cabe informar que, para a estimativa do ano de 2019, devido à quarentena imposta pela pandemia de COVID-19, os Municípios dos Estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco tiveram as suas estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias evoluídas segundo o consumo de energia elétrica entre 2018 e 2019. Outrossim, excepcionalmente nesta divulgação, os resultados do ano de 2017 para os Municípios de Minas Gerais foram revisados, devido à atualização do arquivo da variável saídas de mercadorias.

Concentração econômica

O resultado de 2019 mostra que oito Municípios responderam por quase ¼ do PIB nacional e 14,7% da população brasileira², e que as 70 municipalidades de maiores PIBs representavam, aproximadamente, ½ do total e um pouco mais de ½ da população do País. Em 2002, apenas quatro delas somavam quase ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 345 Municípios de menores PIBs responderam, em 2019, por cerca de 1,0% do PIB nacional e por 3,1% da população brasileira. Nota-se que, entre esses, os situados nos Estados do Piauí (153) e Paraíba (135), representavam mais de 50% das municipalidades de seus respectivos Estados. Em 2002, 1 383 correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população nacionais.

Os Municípios que responderam por quase ¼ da economia brasileira, em 2019, foram: São Paulo (SP), com 10,3%; Rio de Janeiro (RJ), 4,8%; Brasília (DF), 3,7%; Belo Horizonte (MG), 1,3%; Curitiba (PR), 1,3%; e, com 1,1% cada, Manaus (AM), Porto Alegre (RS) e Osasco (SP). Em termos de posição, na comparação entre 2002 e 2019, Manaus (AM) e Porto Alegre (RS) se alternaram entre a sexta e a sétima posições, enquanto Osasco (SP) passou da 16ª para a oitava.

A análise da distribuição do PIB por Concentrações Urbanas³ permite verificar que ¼ da produção econômica do País, em 2019, estava localizada em apenas duas delas: São Paulo/SP, com 17,0% (crescimento de 0,1 ponto percentual ante o resultado de 2018); e

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa; e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.

² População residente estimada por Município com data de referência em 1º de julho de 2019, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

³ Considera-se Concentração Urbana o Arranjo Populacional ou Município Isolado com mais de 100 000 habitantes e que possui a urbanização como principal processo indutor da integração e da contiguidade espacial. As Concentrações Urbanas se subdividem em dois níveis: Médias Concentrações Urbanas, com população entre 100 000 e 750 000 habitantes, e Grandes Concentrações Urbanas, com população acima de 750 000 habitantes.

Rio de Janeiro/RJ, com 7,9% do PIB (retração de 0,1 ponto percentual ante o resultado de 2018). Ademais, é possível verificar que as 10 maiores Concentrações Urbanas brasileiras mantiveram suas posições, compondo 42,8% do PIB (crescimento de 0,2 ponto percentual ante o resultado de 2018).

No recorte por Grandes Regiões, em 2019, observa-se que o padrão identificado no País é repetido, com concentração do PIB em poucos Municípios. Na comparação entre 2002 e 2019, o número de municipalidades que somavam até ½ da economia foi ampliado: na Região Norte, de seis para oito; no Nordeste, de 25 para 30; no Sudeste, de 13 para 18; no Sul, de 31 para 34; e, no Centro-Oeste, de um para três.

A análise do PIB segundo a densidade econômica, ou seja, ponderado pela área, revela igualmente grande concentração espacial, apresentando valores elevados nos Municípios das Capitais e naqueles mais urbanizados do litoral e do Centro-Sul, e valores mais baixos no interior do Nordeste e do Norte do País. As municipalidades mais urbanizadas tendem a apresentar maior participação dos *Serviços* e da *Indústria* – setores que produzem maior valor agregado por área – nos seus respectivos PIBs, enquanto as áreas rurais têm na *Agropecuária*, com menor valor por área, um setor importante para a economia local. A densidade econômica no território brasileiro, em 2019, foi de 870 mil R\$/km² enquanto nas Concentrações Urbanas, esse valor alcançou 9 197 mil R\$/km², cerca de 10,6 vezes maior. Na Amazônia Legal⁴, região com extensas áreas de baixa ocupação, esse valor se situou em 129 mil R\$/km².

Distribuição dos Municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de Municípios	Participação (%)		Número de Municípios acumulados	Participação acumulada (%)	
		Dos Municípios	Da população (1)		Dos Municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
2019						
Até 25%	8	0,1	14,7	8	0,1	14,7
De 25% a 50%	62	1,1	19,5	70	1,3	34,2
De 50% a 75%	301	5,4	22,9	371	6,7	57,1
De 75% a 95%	1 930	34,6	29,7	2 301	41,3	86,7
De 95% a 99%	1 924	34,5	10,2	4 225	75,9	96,9
De 99% a 100%	1 345	24,1	3,1	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1ª de julho, segundo os Municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

PIB e densidade econômica dos Municípios

2019



Produto Interno Bruto por Município¹

Valores em mil reais	Número de Municípios por classe
> 5 000 000 a 10 000 000	102
> 10 000 000 a 50 000 000	100
> 50 000 000 a 100 000 000	13
> 100 000 000 a 400 000 000	2
> 400 000 000 a 763 805 985	1

Densidade econômica dos Municípios

Mil reais por km ²	Número de Municípios por classe
> 1 a 250	1 863
> 250 a 2 500	2 961
> 2 500 a 20 000	574
> 20 000 a 150 000	145
> 150 000 a 1 261 256	27

¹ Apenas estão representados os Municípios com PIB superior a 5 bilhões de reais, os quais detêm aproximadamente 67,4% do PIB do Brasil.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

⁴ A Amazônia Legal é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Possui uma superfície aproximada de 5 217 423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

Os seis Municípios que apresentaram, em 2019, maior densidade econômica no País, situavam-se na Grande Concentração Urbana de São Paulo/SP, com destaque para o de Osasco (SP), com mais de 1,2 bilhão de R\$/km². Entre as Concentrações Urbanas, a desigualdade espa-

cial, apesar de menor, ainda é notável. Enquanto na Concentração Urbana de São Paulo/SP foi produzido 175 241 mil R\$/km², a Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, segunda na classificação, produziu 96 884 mil R\$/km², ou seja, 55,3% do valor observado na de São Paulo/SP.

10 maiores PIBs e densidades econômicas no Brasil, segundo os Municípios e Concentrações Urbanas

2019

Municípios				
10 maiores Municípios por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Municípios com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	1 968 204 807	26,6	Total	422 002
São Paulo (SP)	763 805 985	10,3	Osasco (SP)	1 261 256
Rio de Janeiro (RJ)	354 981 484	4,8	São Caetano do Sul (SP)	894 002
Brasília (DF)	273 613 711	3,7	Barueri (SP)	803 953
Belo Horizonte (MG)	97 205 325	1,3	São Paulo (SP)	502 137
Curitiba (PR)	96 088 149	1,3	Diadema (SP)	497 895
Manaus (AM)	84 867 423	1,1	Taboão da Serra (SP)	432 242
Porto Alegre (RS)	82 431 478	1,1	Niterói (RJ)	348 043
Osasco (SP)	81 923 606	1,1	Rio de Janeiro (RJ)	295 737
Fortaleza (CE)	67 412 733	0,9	Belo Horizonte (MG)	293 358
Campinas (SP)	65 874 913	0,9	Louveira (SP)	291 372
Concentrações Urbanas				
10 maiores Concentrações Urbanas por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	3 160 810 822	42,8	Total	98 906
São Paulo/SP	1 253 671 831	17,0	São Paulo/SP	175 241
Rio de Janeiro/RJ	585 659 945	7,9	Rio de Janeiro/RJ	96 884
Brasília/DF	286 862 282	3,9	Campinas/SP	86 924
Belo Horizonte/MG	197 692 064	2,7	Jundiaí/SP	65 618
Porto Alegre/RS	181 158 624	2,5	Indaiatuba/SP	53 702
Curitiba/PR	174 183 621	2,4	Itajaí - Balneário Camboriú/SC	46 613
Campinas/SP	154 255 031	2,1	Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP	45 971
Salvador/BA	120 967 650	1,6	Vitória/ES	42 452
Recife/PE	113 164 364	1,5	Baixada Santista/SP	39 246
Fortaleza/CE	93 195 409	1,3	Recife/PE	37 271

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

O índice de Gini do PIB, considerando-se os Municípios – outra medida de concentração –, foi 0,85, em 2019, e, ao longo da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2019, apenas os Estados de São Paulo e Amazonas, ambos com índice 0,87, apresentaram índice de Gini superior ao nacional. Os menores indicadores,

por sua vez, foram observados nos Estados de Mato Grosso do Sul (0,68), Rondônia, Mato Grosso e Acre, os três com índice 0,70.

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2019, representavam 55,2% do PIB do País, enquanto em 2002, a participação foi de 60,0%. Na análise por Grandes Regiões, observa-se que, entre os 100

Municípios, aqueles do Norte e do Centro-Oeste aumentaram suas participações em relação ao PIB nacional entre 2002 e 2019. Entretanto, em relação às suas respectivas Grandes Regiões, houve perda de participação. E, em termos de número de Municípios, apenas o Sudeste e o Sul apresentaram redução entre 2002 e 2019.

Ao efetuar a análise excluindo-se os Municípios das Capitais, constata-se que os 100 maiores PIBs municipais apresentaram algum

aumento nas suas participações no PIB do Brasil entre 2002 e 2019: de 27,1% para 27,4%. Observa-se que as municipalidades dessa lista ganharam participação dentro de suas Grandes Regiões ao longo da série. Nota-se, ainda, que o Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e passou a contar com três Municípios em 2019: Parauapebas, com 0,3% do PIB brasileiro; Marabá (0,2%); e Canaã dos Carajás (0,1%), todos do Estado do Pará.

Distribuição dos 100 Municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2019		
	Número de Municípios	Participação do PIB (%)		Número de Municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
100 Municípios com os maiores PIBs						
Brasil	100	..	60,0	100	..	55,2
Norte	4	43,3	2,0	6	43,1	2,5
Nordeste	12	41,0	5,4	13	37,6	5,3
Sudeste	59	70,8	40,6	58	66,5	35,2
Sul	20	42,6	6,9	16	37,3	6,4
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	7	57,7	5,7
100 Municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais						
Brasil	100	..	27,1	100	..	27,4
Norte	-	-	-	3	10,7	0,6
Nordeste	6	7,7	1,0	7	9,3	1,3
Sudeste	69	37,0	21,2	63	37,2	19,7
Sul	22	28,0	4,5	22	28,7	4,9
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	5	8,3	0,8

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Em uma análise segundo as Regiões Geográficas Imediatas⁵, que possibilita avaliar as disparidades entre Municípios-Polo⁶ e Municípios do Entorno⁷, verifica-se que, no primeiro caso, tais municipalidades concentravam, em 2019, 57,8% do PIB brasileiro, enquanto, no segundo, somavam 42,2%.

Em uma outra escala de análise, a desigualdade regional fica evidente quando se comparam o Semiárido⁸, a Amazônia Legal e a Cidade-Região de São Paulo⁹ em 2019. O Semiárido representou apenas 5,3% do PIB nacional; a Amazônia Legal, 8,8%; e a Cidade-Região de São Paulo foi responsável por 24,3% do PIB do Brasil.

Observando-se os cinco maiores PIBs municipais em cada Unidade da Federação, verifica-se que em 17 delas suas municipalidades concentravam mais do que ½ do PIB estadual em 2019. No Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal, os cinco maiores PIBs somavam mais de 80%, embora tenham reduzido sua participação em relação a 2002, à exceção de Brasília, único Município do Distrito Federal.

Entre as demais 10 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs municipais somavam menos de 40% nos seguintes Estados: Paraná (39,8%), Santa Catarina (35,0%) e Rio Grande do Sul (31,7%), todos do Sul; e apenas um do Sudeste, Minas Gerais (32,5%). Entre essas Unidades da Federação, somente no Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual (42,6%) em 2002.

Os Municípios das Capitais representaram, em 2019, 31,4% do PIB nacional, registrando a menor participação da série. Enquanto São Paulo (SP), com 10,3%, ocupou a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Rio Branco (AC) situou-se na última colocação, com 0,1%.

Na Região Centro-Oeste, os Municípios das Capitais participavam com 52,1% do PIB, uma vez que Brasília (DF), por ser a Capital do País, sozinha representava 37,4% da Região. Os Municípios das Capitais dos Estados do Norte respondiam por 42,0% do PIB regional; os dos Estados do Nordeste e Sudeste somavam 31,2% e

⁵ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de Arranjo Populacional – Município-Polo.

⁶ Município que atrai os moradores dos Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e Previdência, de serviços judiciários, entre outros.

⁷ Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

⁸ O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 Municípios, situados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

⁹ A Cidade-Região de São Paulo faz referência à 2ª Integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 Municípios, com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a Metrópole de São Paulo.

31,6%, respectivamente; e os do Sul registraram 15,8%, a menor participação no contexto regional.

Em 12 Unidades da Federação, os Municípios das Capitais representavam menos de 30% do PIB estadual. São eles: Belém (PA), com 18,2%; Palmas (TO), 26,6%; Recife (PE), 27,6%; Salvador (BA), 21,8%; Belo Horizonte (MG), 14,9%; Vitória (ES), 15,7%; Curitiba (PR), 20,6%; Florianópolis (SC), 6,8%; Porto Alegre (RS), 17,1%; Campo Grande (MS), 28,3%; Cuiabá (MT), 17,3%; e Goiânia (GO), 25,4%. Nas demais Unidades da Federação, apenas os seguintes Municípios das Capitais detinham mais de ½ do PIB: Rio Branco

(AC), com 58,5%; Manaus (AM), 78,4%; Boa Vista (RR), 74,0%; Macapá (AP), 65,4%; e Brasília (DF), 100%.

Atesta-se, ainda, que, desde o início da série até 2018, Florianópolis (SC) foi o único Município da Capital que não ocupou a primeira posição em seu Estado. Em 2019, representando 6,8% do Estado, ocupou a terceira posição, atrás de Joinville, na primeira (10,7%), e de Itajaí, na segunda (8,7%). Além da capital catarinense, em 2019, Vitória (ES) perdeu a primeira posição em seu Estado, visto que sua participação, de 15,7%, no PIB estadual, foi inferior ao Município de Serra, com 18,8%.

PIB per capita

Em 2019, os 10 Municípios com os maiores PIB *per capita* somavam 1,5% do PIB nacional e 0,2% da população brasileira. Presidente Kennedy (ES), com R\$ 464 883,49, apresentou o maior PIB *per capita* em 2019, seguido por Ilhabela (SP), ambos devido à extração de petróleo. O Município de Selvíria (MS), ocupando a terceira posição, consta nessa relação graças à geração de energia hidrelétrica. O Município que ocupava a quarta posição em termos de PIB *per capita*, Paulínia (SP), teve na indústria de refino de petróleo a sua principal atividade, enquanto

Triunfo (RS), na 10ª posição, destacou-se na indústria petroquímica. O Município de Louveira (SP) figurava na quinta posição em razão do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e das *Indústrias de transformação*. Na sexta e oitava posições, São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) e Canaã dos Carajás (PA) tinham a extração de minério de ferro como principal atividade. Os Municípios de Sales Oliveira e Iracemápolis, ambos de São Paulo, ocupavam a sétima e nona posições e tinham as *Indústrias de transformação* como maior atividade.

Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das Grandes Concentrações Urbanas e o PIB per capita do Brasil

Municípios das Capitais				Grandes Concentrações Urbanas			
2002		2019		2002		2019	
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,58	Brasília/DF	2,30	Brasília/DF	2,04
Vitória (ES)	2,82	São Paulo (SP)	1,77	São José dos Campos/SP	2,19	Campinas/SP	2,02
São Paulo (SP)	2,10	Vitória (ES)	1,70	Campinas/SP	2,18	São Paulo/SP	1,65
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Porto Alegre (RS)	1,58	São Paulo/SP	1,87	São José dos Campos/SP	1,57
Porto Alegre (RS)	1,56	Rio de Janeiro (RJ)	1,50	Curitiba/PR	1,44	Sorocaba/SP	1,44
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,41	Sorocaba/SP	1,42	Curitiba/PR	1,43
Florianópolis (SC)	1,41	Florianópolis (SC)	1,25	Manaus/AM	1,39	Rio de Janeiro/RJ	1,30
Manaus (AM)	1,39	Cuiabá (MT)	1,14	Rio de Janeiro/RJ	1,37	Porto Alegre/RS	1,30
Belo Horizonte (MG)	1,21	Manaus (AM)	1,11	Vitória/ES	1,37	Florianópolis/SC	1,19
Recife (PE)	1,15	Belo Horizonte (MG)	1,10	Baixada Santista/SP	1,35	Vitória/ES	1,13
Goiânia (GO)	1,15	Palmas (TO)	0,99	Porto Alegre/RS	1,29	Manaus/AM	1,11
Cuiabá (MT)	0,98	Goiânia (GO)	0,99	Florianópolis/SC	1,14	Belo Horizonte/MG	1,08
Boa Vista (RR)	0,98	Porto Velho (RO)	0,96	Belo Horizonte/MG	1,12	Cuiabá/MT	1,05
Aracaju (SE)	0,98	Campo Grande (MS)	0,96	Salvador/BA	0,98	Baixada Santista/SP	1,04
Palmas (TO)	0,91	Recife (PE)	0,95	Goiânia/GO	0,94	Campo Grande/MS	0,96
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,83	Cuiabá/MT	0,87	Salvador/BA	0,90
Macapá (AP)	0,81	Natal (RN)	0,80	Aracaju/SE	0,85	Goiânia/GO	0,88
Natal (RN)	0,79	Aracaju (SE)	0,76	Campo Grande/MS	0,82	Recife/PE	0,79
João Pessoa (PB)	0,78	Boa Vista (RR)	0,75	Recife/PE	0,79	Fortaleza/CE	0,73
Rio Branco (AC)	0,78	João Pessoa (PB)	0,73	Natal/RN	0,76	Natal/RN	0,72
Porto Velho (RO)	0,78	Teresina (PI)	0,72	João Pessoa/PB	0,72	João Pessoa/PB	0,71
São Luís (MA)	0,74	Fortaleza (CE)	0,72	Fortaleza/CE	0,68	São Luís/MA	0,70
Salvador (BA)	0,73	Maceió (AL)	0,65	São Luís/MA	0,64	Teresina/PI	0,66
Belém (PA)	0,71	Macapá (AP)	0,65	Belém/PA	0,61	Maceió/AL	0,65
Fortaleza (CE)	0,71	Rio Branco (AC)	0,64	Maceió/AL	0,61	Aracaju/SE	0,65
Maceió (AL)	0,60	Salvador (BA)	0,63	Teresina/PI	0,51	Belém/PA	0,57
Teresina (PI)	0,56	Belém (PA)	0,62				

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília (DF), com R\$ 90 742,75, ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita* em 2019, enquanto Belém (PA) ocupou a última (R\$ 21 708,55).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 35 161,70) mostrou que, em 2019, enquanto Brasília (DF) alcançou valor 2,58 vezes maior que o nacional, em Belém (PA) a razão foi 0,62. No mesmo ano, 10 Municípios das Capitais possuíam PIB *per capita* maior do que o nacional; em 2002 eram 11.

Manaus (AM) foi o único Município da Capital representante da Região Norte com razão acima de 1,0, ao longo de toda a série, e com 1,11 em 2019 (1,39 em 2002).

Percebe-se, entretanto, uma tendência de aproximação dos valores do PIB *per capita* dos Municípios das Capitais à média brasileira. As razões dessas municipalidades têm se aproximado de 1,0 ao longo da série estudada, ou seja: enquanto as razões acima do valor nacional, em 2002, reduziram o seu valor na comparação com 2019, as razões abaixo de 1,0 aumentaram.

Os maiores valores do PIB *per capita*, em 2019, pertencem aos grandes Centros Urbanos do Centro-Sul, e, ainda, a algumas regiões de forte expansão da fronteira agrícola, notadamente na região

central de Mato Grosso, sul de Goiás e leste de Mato Grosso do Sul, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba, onde houve elevada participação das atividades agropecuárias associada à relativamente pequena população.

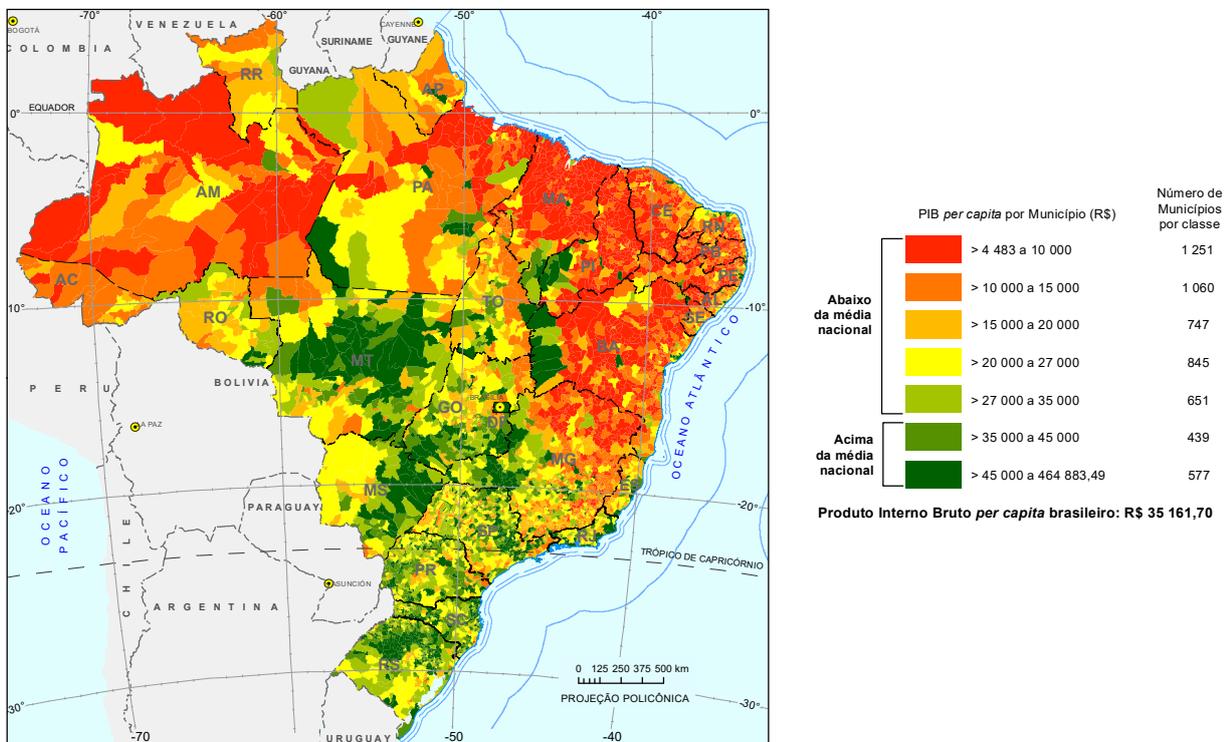
Na análise que abrange as Grandes Concentrações Urbanas, observa-se que, em 2019, a maior razão do PIB *per capita* encontrava-se na Concentração Urbana de Brasília/DF (2,04), seguida pelas de Campinas/SP (2,02), São Paulo/SP (1,65), São José dos Campos/SP (1,57) e Sorocaba/SP (1,44), todas no Estado de São Paulo.

Em 2002, 13 Grandes Concentrações Urbanas apresentavam um PIB *per capita* maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF e Manaus/AM, as demais se encontravam nas Regiões Sudeste e Sul. Em 2019, passou a 14 o número de grandes Concentrações Urbanas com razão acima de 1,0, por incluir Cuiabá/MT. A comparação, porém, evidencia que algumas das Grandes Concentrações Urbanas do Nordeste, que já possuíam razão do PIB *per capita* inferior a 1,0 em 2002, distanciaram-se da média nacional ao longo do período, com destaque para Salvador/BA e Aracaju/SE.

A desigualdade regional do PIB *per capita* fica ainda mais evidente quando se comparam as regiões do Semiárido, da Amazônia

PIB *per capita*

2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

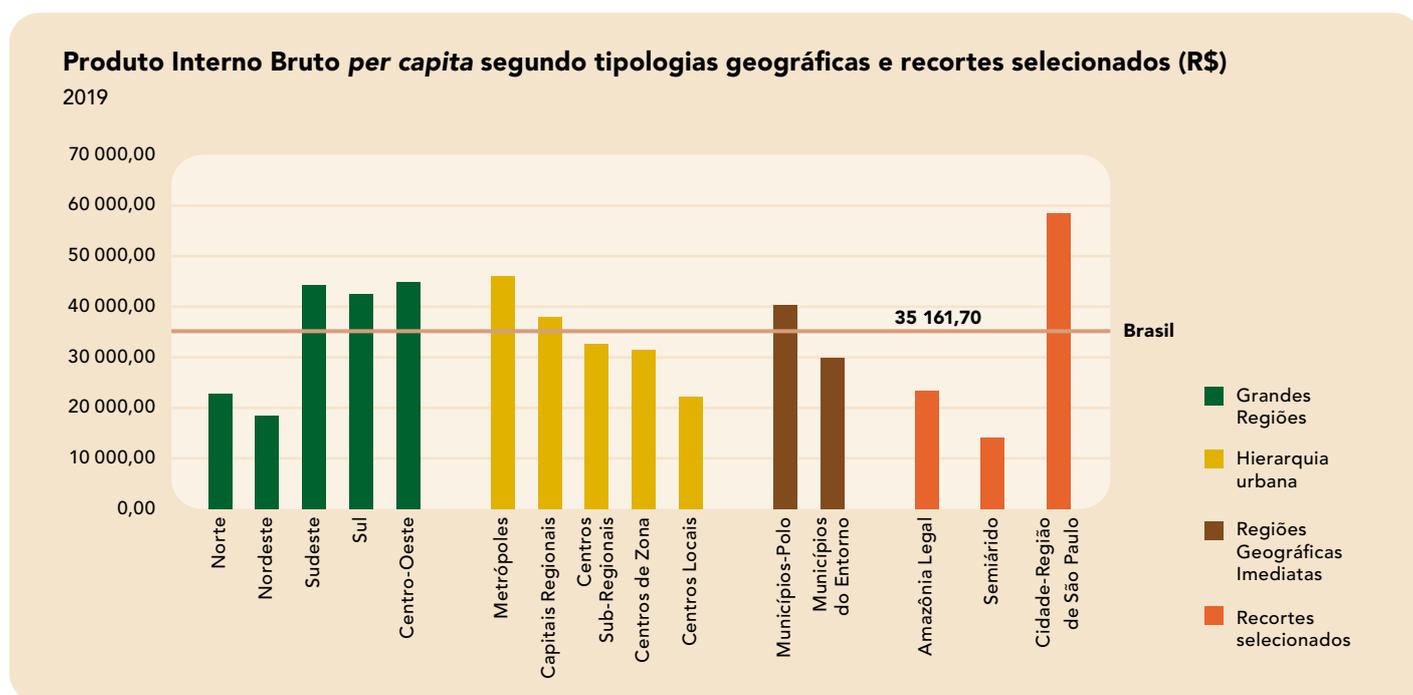
Legal e da Cidade-Região de São Paulo. Em 2019, o PIB *per capita* do Semiárido apresentou razão de 0,40 e o da Amazônia Legal, 0,66, enquanto o da Cidade-Região de São Paulo correspondeu a 1,66 do valor nacional.

A comparação, segundo as Regiões Geográficas Imediatas, entre Municípios-Polo e Municípios do Entorno, mostra que o conjunto dos Municípios-Polo possuía, em 2019, PIB *per capita* de R\$ 40 321,35, enquanto o dos Municípios do Entorno, R\$ 29 916,91.

Destacaram-se as regiões de Parauapebas/PA, onde a atividade *Indústrias Extrativas* possui grande importância econômica, Jundiaí/SP, com grande participação do setor de *Serviços e Indústria*, Distrito Federal/DF, onde o setor de *Serviços* se destaca, Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo/RS, com forte presença das *Indústrias de transformação* e da geração de energia elétrica e da Região Imediata de Três Lagoas/MS, também com elevada participação em *Indústrias de transformação*.

Na análise segundo a hierarquia urbana¹⁰ dos Municípios, observa-se que, de um modo geral, quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB *per capita*. As Metrôpoles, em 2019, apresentaram PIB *per capita* 2,07 vezes maior que o dos Centros Locais, e, assim como as Capitais Regionais (R\$ 37 967,49), as Metrôpoles (R\$ 46 087,79) tiveram PIB *per capita* maior que o nacional (R\$ 35 161,70). As demais classes da hierarquia urbana apresentaram PIB *per capita* inferior à média nacional.

Ao longo da série histórica, entre 2002 e 2019, observa-se convergência da razão do PIB *per capita* das Metrôpoles e dos Centros Locais para a média nacional. Entre 2018 e 2019, porém, verifica-se uma interrupção dessa tendência de redução na razão das Metrôpoles. Os Centros Locais, por sua vez, que vinham elevando sua razão ao longo da série, recuaram.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹⁰ Nível de articulação que a Cidade tem com outros Centros Urbanos, realizado por meio de atividades de gestão pública e empresarial, e ainda o nível de atração que a Cidade possui para suprir bens e serviços para populações de outros Centros Urbanos. São cinco os principais níveis hierárquicos: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

Evolução das participações do PIB entre os Municípios

Período 2018-2019

Ao analisar as maiores diferenças de participação em relação ao PIB do Brasil, entre 2018 e 2019, observa-se que os Municípios com os maiores ganhos em valor absoluto foram São Paulo (SP), Maricá (RJ), Saquarema (RJ), Parauapebas (PA), Brasília (DF) e São José dos Pinhais (PR), os quais aumentaram 0,1 ponto percentual cada. Em São Paulo (SP), o ganho de participação se deu, principalmente, em função das *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*. Nos Municípios de Maricá (RJ) e Saquarema (RJ) o ganho de participação esteve atrelado à extração de petróleo, atividade beneficiada pelo aumento dos preços internacionais da *commodity* em 2019; e Parauapebas (PA) se destacou na extração de minério de ferro. Em Brasília (DF) o ganho esteve associado, principalmente, às atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*; e em São José dos Pinhais (PR), a fabricação de automóveis foi a responsável pelo ganho de participação.

Por outro lado, as maiores quedas de participação ocorreram nos Municípios do Rio de Janeiro (RJ), com decréscimo de 0,4 ponto percentual, seguido de Vitória (ES), Campos dos Goytacazes (RJ) e Ouro Preto (MG), com decréscimo de 0,1 ponto percentual cada. No Rio de Janeiro (RJ) houve queda, sobretudo, em *Indústrias de transformação*, devido à indústria metalúrgica. Campos dos Goytacazes (RJ), por sua vez, teve seu decréscimo relativo associado ao mesmo segmento que alavancou o resultado de Maricá (RJ) e Saquarema (RJ): a extração de petróleo. Nota-se, portanto, que apesar do aumento de preços internacionais dessa *commodity*, o

desempenho dos Municípios fluminenses voltados à extração de petróleo não foi uniforme. Em Vitória (ES) e Ouro Preto (MG) a perda de participação também foi vinculada às *Indústrias extrativas*, mas nesse caso devido à pelotização e à extração de minério de ferro, respectivamente.

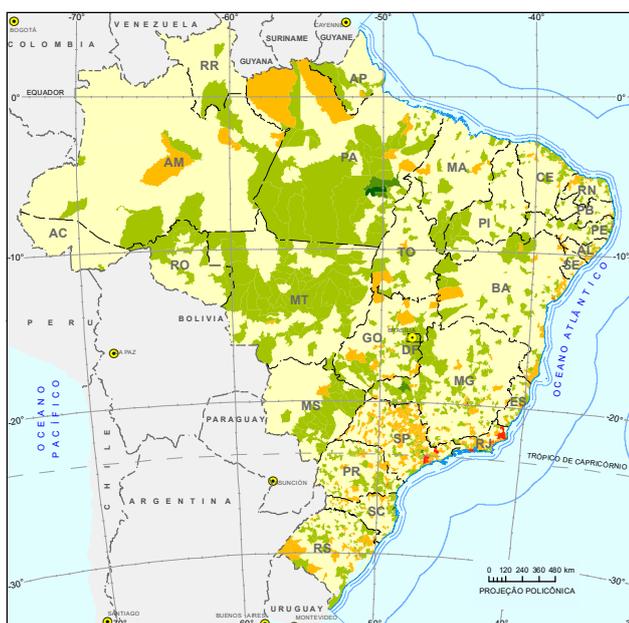
Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, observa-se que, das 185 existentes no País, 88 perderam participação e 97 aumentaram sua participação no PIB nacional. Entre as 97 que ganharam peso, 14 eram consideradas Grandes Concentrações Urbanas (de um total de 26); as demais, totalizando 83, são consideradas Médias Concentrações Urbanas (de um total de 159).

Entre as Concentrações Urbanas que mais avançaram sua participação no PIB nacional entre 2018 e 2019, está a de Curitiba/PR, saindo de 2,2% para 2,4%, seguida pelas de São Paulo/SP e Parauapebas/PA. Na ponta inversa, das cinco maiores reduções de participação no PIB nacional nesse período, quatro ocorreram em Grandes Concentrações Urbanas, sendo a do Rio de Janeiro/RJ a que apresentou o maior decréscimo, de 8,1% para 7,9%, seguida por Vitória/ES, Campos dos Goytacazes/RJ, Salvador/BA e São Luís/MA.

Ao observar alguns recortes geográficos específicos, verifica-se que a Cidade-Região de São Paulo aumentou sua participação nacional, saindo de 24,0% do PIB do Brasil, em 2018, para 24,3%, em 2019, o que representa um aumento de 0,3 ponto percentual. Por sua vez, a Amazônia Legal manteve-se estável em 8,8% e o Semiárido viu sua participação aumentar de 5,2%, em 2018, para 5,3%, em 2019.

Dinâmica do PIB dos Municípios

2002-2019



Diferença da participação do PIB dos Municípios no PIB do Brasil: 2002 - 2019

Pontos Percentuais		Número de Municípios por classe
Perda de participação	> -2,33 a -0,20	8
	> -0,20 a -0,10	10
	> -0,10 a -0,002	448
Ganho de participação	> -0,002 a 0,002	4 314
	> 0,002 a 0,10	773
	> 0,10 a 0,20	12
	> 0,20 a 0,47	5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na análise por diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos Municípios em relação ao valor do PIB –, os maiores destaques foram identificados naqueles com participação reduzida no PIB do País. Godofredo Viana (MA), que subiu 1 966 posições, e Queiroz (SP), 1 417, registraram os maiores avanços influenciados pelas *Indústrias extrativas* e pelas *Indústrias de transformação*, respectivamente. Entre os maiores recuos de posição estão Mulungu do Morro (BA), com queda de 2 277 posições devido às *Indústrias de transformação*, seguido por Jaraguari (MS), 1 277, que apresentou diminuição na silvicultura.

Período 2002-2019¹¹

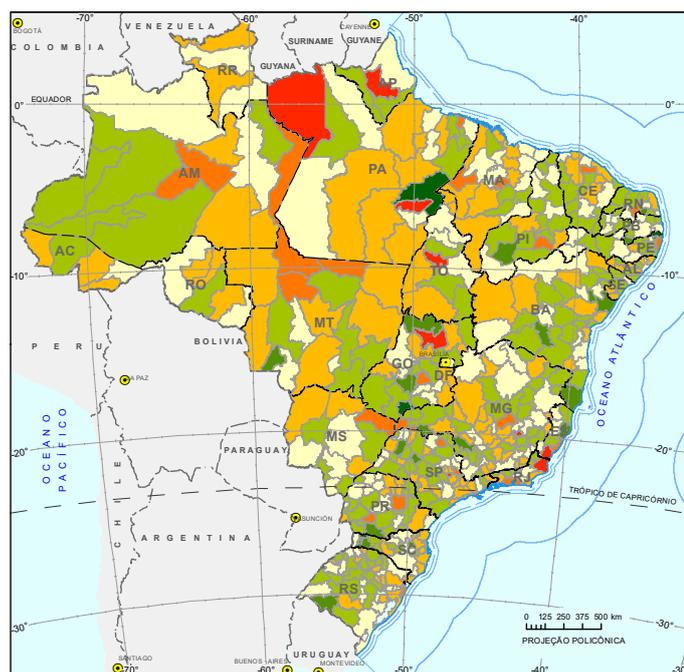
Ao analisar a evolução da participação no PIB ao longo da série 2002-2019, constata-se que São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) registraram as maiores quedas de participação entre os Municípios brasileiros, o que aponta, novamente, para a tendência de desconcentração do PIB no nível municipal. O Município de São Paulo (SP) perdeu 2,3

pontos percentuais de participação na economia nacional, influenciado, principalmente, pela redução relativa de *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*. Na capital fluminense, por sua vez, a perda de 1,5 ponto percentual ocorreu em razão da diminuição de seu peso na *Indústria* do País. Em seguida tem-se Campos dos Goytacazes (RJ), com decréscimo de 0,4 ponto percentual, devido à extração de petróleo. Em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Campos (SP), que perderam 0,3 ponto percentual cada um, a queda vinculou-se às *Indústrias de transformação*.

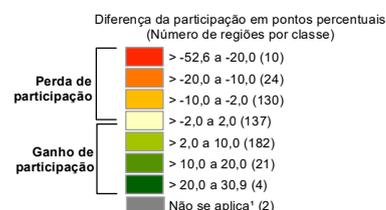
O maior ganho de participação no PIB, nesse período, ocorreu no Município de Maricá (RJ), com aumento de 0,5 ponto percentual, devido à extração de petróleo. Em seguida, com crescimento de 0,3 ponto percentual, Osasco (SP) adquiriu maior destaque na economia nacional, em decorrência das atividades de *Serviços*, sobretudo, em *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*. Niterói (RJ), terceiro lugar em ganho de participação, registrou acréscimo de 0,3 ponto percentual, também em função da extração de petróleo.

Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

2002-2019



Diferença da participação do PIB dos Municípios-Polo em suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas entre 2002 e 2019



¹ Refere-se às regiões imediatas de Almerim-Porto de Moz e do Distrito Federal, nas quais o conceito não se aplica.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹¹ A série 2002-2009 refere-se à série retropolada do PIB dos Municípios, tendo por referência o ano de 2010. A partir de 2010, a série é estimada. Para a análise do período 2002-2019, foram desconsiderados os 10 Municípios criados entre 2003 e 2013.

O Município de Alto Horizonte (GO) obteve o maior ganho de posição entre 2002 e 2019 (4 039 posições) devido ao desenvolvimento da indústria de extração de minerais metálicos não ferrosos nesse período. O segundo maior ganho foi identificado em Lagoa do Barro do Piauí (PI), que subiu 3 848 posições, em decorrência da geração de energia eólica. Apesar do acréscimo de posições, ambas as municipalidades mantiveram participações relativamente baixas no PIB nacional. As maiores quedas de posição, na série iniciada em 2002, ocorreram em Fortaleza de Minas (MG), 2 692 posições, cuja atividade de extração de minério de níquel foi interrompida desde 2013; e em Motuca (SP), 2 617 posições, municipalidade com economia predominantemente agrícola que registrou queda da produção de laranja ao longo da série.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, confirma-se a tendência de longo prazo de redução da importância relativa das Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/RJ no cenário nacional, ainda que a primeira tenha elevado sua participação entre 2018 e 2019. Observa-se, ainda, um avanço relativo das Médias Concentrações Urbanas com destaque para Jundiá/SP, Itajaí-Balneário Camboriú/SC, Parauapebas/PA, Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP e Uberlândia/MG. Das 185 Concentrações Urbanas do País, 113 ganharam participação entre 2002 e 2019, enquanto as demais 72 a reduziram. Chama a atenção que as seis Concentrações Urbanas que mais perderam participação no PIB do País no período pertencem aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Amazônia Legal e o Semiárido ganharam participação no PIB nacional, ao longo da série iniciada em 2002 (1,9 e 0,8 ponto percentual, respectivamente). A Cidade-Região de São Paulo, por sua vez, reduziu de 27,0%, para 24,3%, a sua participação no PIB nacional, não só em função da diminuição do peso da capital paulista no PIB do País, mas também pela perda relativa de outros Municípios que a compõem e que têm representatividade na Indústria nacional.

Sob o recorte de Regiões Geográficas Imediatas, observa-se que o padrão de desconcentração econômica se manteve. De um modo geral, verifica-se que, nas áreas de maior PIB e população, como São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ, os Municípios-Polo perderam mais participação se comparados aos Municípios do Entorno, enquanto nas áreas de menor PIB ocorreu o inverso. Os Municípios-Polo das regiões com forte participação da atividade das lavouras temporárias em Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins e Maranhão perderam participação no PIB de suas Regiões Geográficas Imediatas, enquanto os Municípios-Polo do Semiárido, do oeste paulista, do interior dos Estados da Região Sul, do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás e do oeste do Amazonas ganharam importância em suas Regiões Geográficas Imediatas, apontando para a formação e/ou consolidação de centralidades nessas áreas.

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do PIB no Brasil		
	2002 (%)	2019 (%)	Diferença 2019-2002 (p.p.)
Brasil	100,0	100,0	-
Grandes Regiões			
Norte	4,7	5,7	1,0
Nordeste	13,1	14,2	1,1
Sudeste	57,4	53,0	(-) 4,4
Sul	16,2	17,2	1,0
Centro-Oeste	8,6	9,9	1,3
Hierarquia urbana			
Metrópoles	47,3	43,4	(-) 3,9
Capitais Regionais	21,1	21,4	0,3
Centros Sub-Regionais	7,4	8,0	0,6
Centros de Zona	8,4	9,7	1,2
Centros Locais	15,8	17,6	1,8
Regiões Geográficas Imediatas			
Municípios-Polo	61,5	57,8	(-) 3,7
Municípios do Entorno	38,5	42,2	3,7
Concentrações Urbanas			
Grandes Concentrações Urbanas	57,1	53,1	(-) 4,1
Médias Concentrações Urbanas	19,9	21,7	1,8
Recortes selecionados			
Amazônia Legal	6,9	8,8	1,9
Semiárido	4,5	5,3	0,8
Cidade-Região de São Paulo	27,0	24,3	(-) 2,6

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(conclusão)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas no total do valor adicionado bruto do Brasil											
	Agropecuária			Indústria			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social			Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)		
	2002 (%)	2019 (%)	Diferença 2019-2002 (p.p.)	2002 (%)	2019 (%)	Diferença 2019-2002 (p.p.)	2002 (%)	2019 (%)	Diferença 2019-2002 (p.p.)	2002 (%)	2019 (%)	Diferença 2019-2002 (p.p.)
Brasil	6,4	4,9	(-) 1,5	26,4	21,8	(-) 4,6	16,5	17,4	0,9	50,7	55,9	5,2
Grandes Regiões												
Norte	0,5	0,5	0,0	1,3	1,6	0,3	1,2	1,5	0,3	1,8	2,2	0,4
Nordeste	1,3	0,9	(-) 0,4	3,1	2,7	(-) 0,4	3,2	3,7	0,6	5,8	7,1	1,2
Sudeste	1,8	1,0	(-) 0,7	15,7	11,8	(-) 3,9	7,6	6,9	(-) 0,7	31,4	32,5	1,1
Sul	1,8	1,3	(-) 0,4	4,8	4,3	(-) 0,5	2,1	2,4	0,4	7,8	9,1	1,3
Centro-Oeste	1,0	1,0	0,0	1,4	1,4	(-) 0,0	2,5	2,9	0,4	3,9	4,9	1,0
Hierarquia urbana												
Metrópoles	0,1	0,1	(-) 0,0	10,6	7,6	(-) 3,1	6,9	6,7	(-) 0,3	28,0	27,8	(-) 0,2
Capitais Regionais	0,4	0,3	(-) 0,1	7,0	5,2	(-) 1,9	2,9	3,2	0,3	10,7	12,5	1,8
Centros Sub-Regionais	0,5	0,3	(-) 0,2	2,4	2,0	(-) 0,4	1,2	1,4	0,2	3,5	4,4	0,9
Centros de Zona	1,2	0,9	(-) 0,3	2,4	2,6	0,3	1,5	1,7	0,2	3,6	4,7	1,1
Centros Locais	4,3	3,3	(-) 0,9	3,9	4,5	0,6	4,0	4,5	0,5	4,9	6,5	1,6
Regiões Geográficas Imediatas												
Municípios-Polo	1,5	1,1	(-) 0,4	14,9	10,5	(-) 4,5	9,1	9,5	0,4	35,5	36,0	0,5
Municípios do Entorno	4,9	3,8	(-) 1,2	11,5	11,4	(-) 0,1	7,4	7,9	0,5	15,3	19,9	4,6
Concentrações Urbanas												
Grandes Concentrações Urbanas	0,2	0,2	(-) 0,1	13,9	9,9	(-) 4,0	8,2	8,0	(-) 0,1	32,9	33,3	0,5
Médias Concentrações Urbanas	0,8	0,5	(-) 0,3	6,9	6,1	(-) 0,9	2,9	3,2	0,4	9,5	12,0	2,5
Recortes selecionados												
Amazônia Legal	1,0	1,0	0,1	1,8	2,2	0,4	1,7	2,2	0,5	2,8	3,7	0,9
Semiárido	0,7	0,5	(-) 0,2	0,9	0,9	(-) 0,0	1,6	1,9	0,2	1,6	2,3	0,7
Cidade-Região de São Paulo	0,1	0,0	(-) 0,0	7,2	4,4	(-) 2,7	2,2	1,9	(-) 0,3	16,3	16,9	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

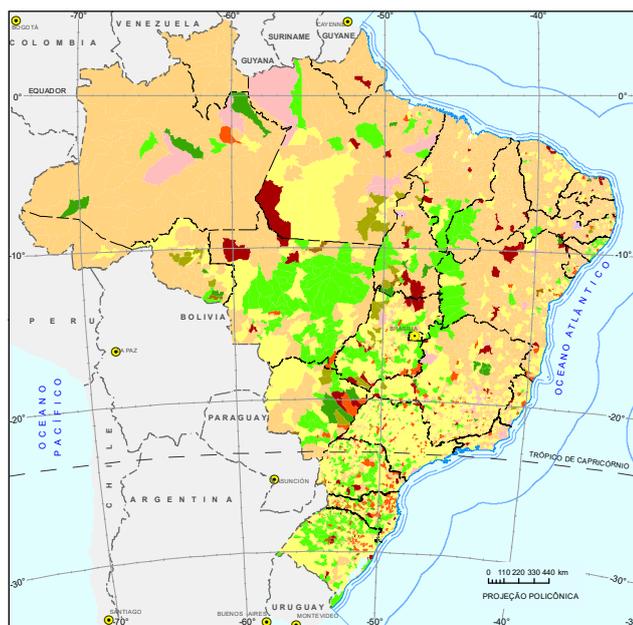
Perfil econômico dos Municípios¹²

Em 2019, 48,9% (2 726) dos Municípios brasileiros tiveram a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* como principal atividade econômica. Nos Estados do Acre, Roraima, Amapá, Piauí e Paraíba esse percentual ultrapassou 90%. Enquanto isso, o Estado de São Paulo apresentou apenas 9,9% de suas municipalidades com essa característica.

Dos 241 Municípios cuja atividade principal, em 2019, foi *Indústrias de transformação*, 197 estavam concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, o que equivale a 81,7%. Mato Grosso obteve o maior percentual de municipalidades em que a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* figurou como a atividade de maior destaque (39,7%), seguido por Rio Grande do Sul (33,6%).

Atividade econômica predominante no Município

2019



Maior atividade econômica no valor adicionado bruto total do Município (Número de Municípios por classe)

■	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita (584)
■	Pecuária, inclusive apoio à pecuária (105)
■	Produção florestal, pesca e aquicultura (31)
■	Indústrias extrativas (64)
■	Indústrias de transformação (241)
■	Construção (4)
■	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (112)
■	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (39)
■	Demais serviços (1 664)
■	Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (2 726)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Excluindo dessa análise a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, a atividade *Demais serviços* foi a de maior destaque em 3 927 Municípios, no ano de 2019, seguida pela *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, principal atividade em 794 municipalidades. Na comparação com o início da série, em 2002, destaca-se a redução do número de Municípios com agricultura ou pecuária como atividade principal, enquanto o número de municipalidades com maior peso em *Demais serviços* foi ampliado.

Agropecuária

Observa-se, em 2019, que $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da *Agropecuária* brasileira era concentrado em 149 Municípios, dos quais 96 (64,4%) situados nas Regiões Sul e Centro-Oeste, ancorados, em sua maioria, na produção de soja, nas duas Regiões, e de cana-de-açúcar, no Centro-Oeste. Os cinco maiores valores foram, nessa ordem, São Desidério (BA), Sorriso (MT), Rio Verde (GO), Diamantino (MT) e Campo Novo do Parecis (MT), os quais, juntos, somavam 2,3% do valor adicionado bruto da *Agropecuária* em 2019.

Entre os 20 maiores, em termos de valor adicionado bruto da *Agropecuária*, atesta-se a predominância de Municípios da Região Centro-Oeste, seguida pela Região Nordeste, enquanto as Regiões Sul e Sudeste não aparecem na lista. Entre os 11 representantes da Região Centro-Oeste, sete Municípios eram do Estado de Mato Grosso, em que se destacaram as produções de soja ou algodão herbáceo, três Municípios goianos também voltados à soja, e Brasília, Capital Federal, com produção de outras lavouras temporárias. Na Região Nordeste, além do Município baiano a ocupar a primeira posição, outras duas municipalidades do mesmo Estado apareceram entre os 20 maiores postos: Formosa do Rio Preto e Barreiras. Também no Nordeste estiveram os Municípios maranhenses de Tasso Fragoso e Balsas, os pernambucanos Petrolina e São Bento do Una, e o alagoano Santana do Mundaú. Por fim, a Região Norte, entrou na lista com apenas um Município, Ulianópolis (PA), na 10ª posição, cuja agricultura é vinculada principalmente ao cultivo de cana-de-açúcar.

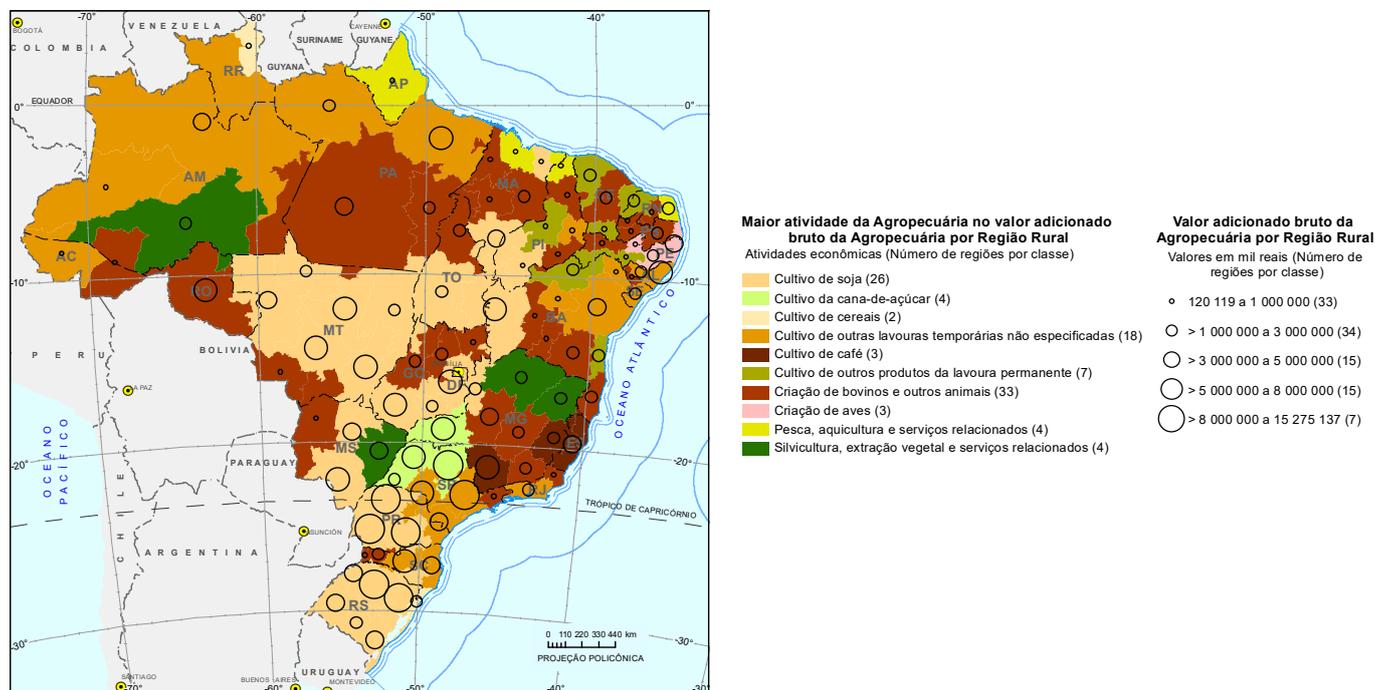
Ao analisar os dados a partir do recorte das Regiões Rurais¹³ do Brasil, observa-se que os três maiores valores adicionados da *Agropecuária* pertenciam àquelas localizadas no Sul do País, a saber, Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo/RS, de Cascavel/PR e de Ponta Grossa/PR, sendo a soja a principal atividade agropecuária dessas três regiões. Fora da Região Sul, a Região Rural de maior valor adicionado na *Agropecuária* é a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP, onde a principal atividade agropecuária é caracterizada como sendo de outras lavouras temporárias.

¹² Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada entre as seguintes: *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*; *Pecuária, inclusive apoio à pecuária*; *Produção florestal, pesca e aquicultura*; *Indústrias extrativas*; *Indústrias de transformação*; *Construção*; *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*; *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*; *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*; e *Demais serviços*.

¹³ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. A publicação *Projeto regiões rurais 2015: relatório técnico*, divulgada pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 Regiões Rurais no território brasileiro.

Atividade da Agropecuária predominante nas Regiões Rurais

2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Entre as 15 Regiões Rurais com maiores valores adicionados brutos do Brasil em 2019, cinco estavam na Região Sul, quatro na Região Centro-Oeste, três na Região Sudeste, duas na Região Nordeste e uma na Região Norte. Ainda sobre essas 15 maiores Regiões Rurais, em termos relativos, as atividades agropecuárias representam 32,2% de todo o valor adicionado bruto da Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA; 28,2% da Região Rural do Centro Sub-Regional de Sinop/MT; e 25,6% da Região Rural do Centro Sub-Regional de Rio Verde/GO. Na ponta inversa, ainda que seja a quarta Região Rural com maior valor adicionado bruto da *Agropecuária*, a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP apresenta somente 0,6% de seu valor adicionado bruto ligado a esse setor da economia.

Ressalta-se que todas as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da *Agropecuária* apresentaram seus destaques na lavoura temporária, sendo 10 delas com relevo na produção de soja, três, na produção de outras lavouras temporárias e duas, na produção de cana-de-açúcar. Observa-se um padrão em que as três Regiões Rurais que apresentam outras lavouras temporárias como principais atividades do setor são ligadas a Municípios das Capitais. É o caso da Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP, da Região Rural da Metrópole de Belém/PA e da Região Rural da Capital Regional de Maceió/AL.

Entre todas as Regiões Rurais do País, a Região Rural do Centro Sub-Regional de Balsas/MA, a Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA e a Região Rural do Centro Sub-Regional de Barra do Garças/MT são as três Regiões Rurais em que a *Agropecuária* tem maior participação no valor adicionado bruto: 45,3%, 32,2% e 29,8%, respectivamente.

Quanto à pecuária bovina, as Regiões Rurais de maior valor adicionado bruto com predominância dessa atividade, foram a Região Rural da Capital Regional de Porto Velho/RO, a Região Rural do Centro Sub-Regional de Patos de Minas/MG e a Região Rural da Capital Regional de Santarém/PA. Cabe ressaltar, ainda, que a pecuária bovina segue como principal atividade agropecuária de boa parte das Regiões Rurais no Semiárido e na Amazônia Legal.

Indústria

Na *Indústria*, em 2019, 18 Municípios concentravam ¼ de seu valor adicionado bruto, revelando um nível de concentração maior que o verificado na *Agropecuária* – com mais 65 municipalidades, chegasse a ½ da *Indústria*. No outro extremo, nota-se que 2 744 Municípios responderam por 1,0% da *Indústria*.

A capital paulista manteve a primeira posição, concentrando 4,1% do valor adicionado bruto da *Indústria* em 2019 (8,1% em 2002). Rio de Janeiro (RJ), com 2,6%, ocupou a segunda posição, seguido por Manaus (AM), com 2,2%, devido à Zona Franca. Na sequência, Maricá (RJ), com 1,8%, e Niterói (RJ), com 1,5%, tiveram seus desempenhos vinculados à extração de petróleo.

Entre os 20 Municípios de maior participação no valor adicionado da *Indústria* em 2019, 14 pertenciam à Região Sudeste, dos quais sete eram paulistas; cinco, fluminenses; e dois, mineiros. Apenas dois pertenciam à Região Norte: Manaus (AM) e Parauapebas (PA); e dois pertenciam à Região Sul: Curitiba (PR) e São José dos Pinhais (PR). As Regiões Nordeste e Centro-Oeste tinham, cada, um Município nesse ranking: Camaçari (BA) e Brasília (DF).

Na análise por Concentrações Urbanas, observa-se que a de São Paulo/SP, com a maior participação, representava 10,0% da atividade industrial do País, seguida pelas Concentrações Urbanas do Rio de Janeiro/RJ (7,8%), Belo Horizonte/MG (3,3%), Curitiba/PR (3,0%) e Campinas/SP (3,0%), em 2019. Essas cinco Concentrações Urbanas representaram, juntas, 27,1% do valor adicionado bruto da Indústria brasileira.

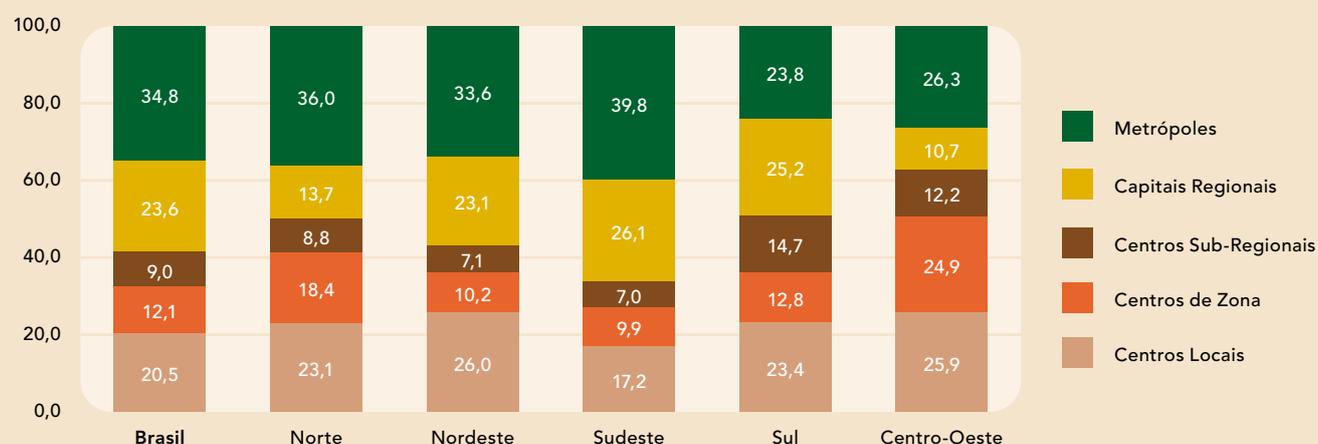
Sob a perspectiva de hierarquia urbana, verifica-se que os centros de hierarquia mais baixa representavam 41,6%, sendo eles: Cen-

tros Sub-Regionais (9,0%), Centros de Zona (12,1%) e Centros Locais (20,5%). As Metrôpoles, hierarquia mais elevada, corresponderam a 34,8%, enquanto as Capitais Regionais, a 23,6%.

A Cidade-Região de São Paulo representava 20,4% do total do valor adicionado bruto da Indústria do País em 2019, destacando-se a atividade de *Indústrias de transformação*. Por sua vez, a Amazônia Legal representava 9,9% do valor adicionado bruto industrial do Brasil, enquanto o Semiárido, 4,1%.

Participação do valor adicionado bruto na Indústria do Brasil, por hierarquias urbanas, segundo as Grandes Regiões (%)

2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Serviços

Nos *Serviços*, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, três Municípios somavam quase ¼ do total dessa atividade no Brasil em 2019: São Paulo (SP), com 14,9%; Rio de Janeiro (RJ), com 5,1%; e Brasília (DF), com 3,5%. As 41 municipalidades de maior participação acumularam ½ do total, das quais 19 eram Municípios das Capitais. No mesmo ano, as 2 026 municipalidades de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços.

Dos Municípios que somavam até ½ do total nacional dos *Serviços*, ainda excluindo *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, constam, na Região Norte, somente as Capitais dos Estados do Amazonas e Pará e, na Região Nordeste, não figuram as Capitais dos Estados do Piauí, Paraíba e Sergipe. Todos os Municípios das Capitais pertencentes às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constam entre os que registraram os maiores valores de tais serviços em 2019. Destaca-se também que 15 dos 41 Municípios desse grupo eram paulistas. Excluindo-se os Municípios das Capitais e todos os Municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem posicionados foram Uberlândia (MG) e Contagem (MG), na 24ª e 26ª posições, respectivamente.

Ao analisar outros recortes geográficos, somente a Concentração Urbana de São Paulo/SP representava 22,7% do total do valor

adicionado bruto dos *Serviços*, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*. As 10 Concentrações Urbanas com os maiores valores adicionados brutos de tais serviços totalizavam 49,1% do valor nacional.

Também significativa foi a participação da Cidade-Região de São Paulo, com 30,2% dos *Serviços* do País, ainda excluindo-se *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*. A região do Semiárido apresentava valor adicionado bruto correspondente a 4,2% de tais serviços, enquanto a Amazônia Legal, 6,5%.

Segundo a hierarquia urbana, observa-se que o total dos *Serviços* foram fortemente concentrados nas Metrôpoles, com 47,0% do valor nacional. Ainda nas Metrôpoles, os *Serviços*, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, representavam 49,7% do total nacional e 33,1% da população brasileira. No outro extremo, pode-se verificar que, embora a população total dos Centros Locais seja elevada (27,8% do total do País), o valor adicionado bruto dos *Serviços*, ainda excluindo-se *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, correspondia a 11,7% do total nacional.

Em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, observa-se a elevada participação dessa atividade, so-

brevedade nos Municípios de menores PIBs. Nota-se, ainda, que, naqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste, tais serviços tiveram maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que houve concentração desses serviços nos Municípios das Capitais e nas municipalidades da Região Sudeste, em termos de participação dessa atividade no Brasil.

As Grandes Concentrações Urbanas tiveram participação de 46,2% no total nacional da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, dentre as quais se destacaram as de Brasília/DF, com 10,1%; Rio de Janeiro/RJ, com 8,7%; e São Paulo/SP, com 7,5%.

Sob o ponto de vista da hierarquia urbana, as Metrôpoles detinham 38,4% do valor adicionado bruto da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, e 33,1% da população brasileira, concentrando, portanto, mais serviços do que população. Enquanto isso, os Centros Locais apresentaram relação inversa: concentravam 27,8% da população nacional e 25,7% de tais serviços.

Há que se destacar, ainda, que 11,1% do valor adicionado bruto da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* correspondia ao conjunto de Municípios que compõem a Cidade-Região de São Paulo. Por sua vez, o Semiárido correspondia a 10,7% do total nacional dessa atividade, e a Amazônia Legal respondeu por 12,5%.

Em 2019, os 10 primeiros Municípios de maior valor dos serviços da *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* agregaram cerca de ¼ do total do valor adicionado bruto dessa atividade, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,7%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,9%; e São Paulo (SP), com 4,1%. Desconsiderando-se os Municípios das Capitais, até a 20ª posição, encontram-se São Gonçalo (RJ) na 12ª posição; Duque de Caxias (RJ) na 13ª; Guarulhos (SP) na 15ª; Nova Iguaçu (RJ) na 16ª; e Campinas (SP) na 18ª. ■

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2019

(continua)

Total		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	4 660 166 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	2 150 084 911	46,1
São Paulo/SP	890 826 923	19,1
Rio de Janeiro/RJ	377 165 129	8,1
Brasília/DF	242 066 601	5,2
Belo Horizonte/MG	124 949 570	2,7
Porto Alegre/RS	119 772 821	2,6
Curitiba/PR	99 921 041	2,1
Campinas/SP	84 733 437	1,8
Recife/PE	74 109 357	1,6
Salvador/BA	72 651 233	1,6
Fortaleza/CE	63 888 800	1,4
Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	2 630 696 375	56,5
Médias Concentrações Urbanas	967 838 297	20,8
Hierarquia urbana		
Metrôpoles	2 190 710 605	47,0
Capitais Regionais	995 793 000	21,4
Centros Sub-Regionais	366 921 671	7,9
Centros de Zona	407 639 493	8,7
Centros Locais	699 101 231	15,0
Recortes selecionados		
Amazônia Legal	371 041 702	8,0
Semiárido	266 990 910	5,7
Cidade-Região de São Paulo	1 195 918 295	25,7

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2019

(conclusão)

Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto		Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)		Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	3 554 075 000	100,0	Brasil	1 106 091 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	1 743 940 611	49,1	10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	408 314 379	36,9
São Paulo/SP	808 037 074	22,7	Brasília/DF	111 317 880	10,1
Rio de Janeiro/RJ	280 383 257	7,9	Rio de Janeiro/RJ	96 781 873	8,7
Brasília/DF	130 748 721	3,7	São Paulo/SP	82 789 849	7,5
Belo Horizonte/MG	100 888 081	2,8	Belo Horizonte/MG	24 061 489	2,2
Porto Alegre/RS	99 344 429	2,8	Porto Alegre/RS	20 428 392	1,8
Curitiba/PR	83 501 794	2,3	Recife/PE	17 816 466	1,6
Campinas/SP	75 244 220	2,1	Curitiba/PR	16 419 247	1,5
Salvador/BA	59 047 244	1,7	Salvador/BA	13 603 989	1,2
Recife/PE	56 292 891	1,6	Fortaleza/CE	13 435 901	1,2
Fortaleza/CE	50 452 900	1,4	Goiânia/GO	11 659 295	1,1
Concentrações Urbanas			Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	2 119 407 611	59,6	Grandes Concentrações Urbanas	511 288 764	46,2
Médias Concentrações Urbanas	761 653 959	21,4	Médias Concentrações Urbanas	206 184 338	18,6
Hierarquia urbana			Hierarquia urbana		
Metrópoles	1 765 445 394	49,7	Metrópoles	425 265 211	38,4
Capitais Regionais	794 626 183	22,4	Capitais Regionais	201 166 816	18,2
Centros Sub-Regionais	279 518 821	7,9	Centros Sub-Regionais	87 402 849	7,9
Centros de Zona	299 351 522	8,4	Centros de Zona	108 287 971	9,8
Centros Locais	415 133 079	11,7	Centros Locais	283 968 152	25,7
Recortes selecionados			Recortes selecionados		
Amazônia Legal	232 437 426	6,5	Amazônia Legal	138 604 276	12,5
Semiárido	148 891 859	4,2	Semiárido	118 099 051	10,7
Cidade-Região de São Paulo	1 073 557 365	30,2	Cidade-Região de São Paulo	122 360 930	11,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia e da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências do IBGE.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais
Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia,
Coordenação de Recursos Naturais
e Estudos Ambientais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Elaboração de mapas

Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia,
Coordenação de Recursos
Naturais e Estudos Ambientais

Ilustrações

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay
Pexels

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385 8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais informações
sobre a
pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-inter-no-bruto-dos-municipios.html>>

<https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/>